

A comunicação popular no âmbito da Pastoral Operária: a experiência do informativo “A Voz do Trabalhador”¹

Rozinaldo Antonio MIANI²

Bruna Miyuki Enomoto AKAMATSU³

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

RESUMO

Na história de organização e de luta das pastorais sociais no Brasil - sob inspiração da Teologia da Libertação - as práticas comunicativas ocuparam um espaço estratégico. Dentre as várias experiências que compõem esse universo, destacamos o informativo “A Voz do Trabalhador” produzido pela Pastoral Operária da Arquidiocese de Curitiba/PR. Nesse sentido, o objetivo desse artigo foi analisar a referida experiência comunicativa por meio de uma análise de conteúdo. Produzido durante os primeiros anos da década de 1980, esse informativo registrou momentos importantes da organização política da classe trabalhadora no período e possibilitou a disseminação de informações para subsidiar as lutas operárias, bem como se constituiu como um espaço de formação política e teológica para os militantes e ativistas da Pastoral Operária da região de Curitiba/PR.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação popular; A Voz do Trabalhador; Pastoral Operária; Teologia da Libertação; mundo do trabalho.

1. Introdução

A retomada das lutas sociais no Brasil, ainda durante o período da abertura política na segunda metade da década de 1970, foi marcada por uma atuação vigorosa de organizações pastorais, inspiradas pela Teologia da Libertação, e também por um movimento sindical combativo, que se articulou em torno do movimento que ficou conhecido como “novo sindicalismo” (ANTUNES, 1995; BOITO JR., 1999).

Naquele período, no entrecruzamento de duas “matrizes discursivas” (SADER, 1988), a Pastoral Operária (PO) - seguindo os preceitos teológico-políticos da Teologia da Libertação e colaborando solidariamente com o movimento sindical classista -

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Rozinaldo Antonio Miani - Graduado em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo - e História. Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Doutor em História pela Unesp/Campus Assis. Pós-doutor pela ECA/USP (Fundação Araucária). Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Coordenador do Programa de Mestrado em Comunicação da UEL/PR. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (NCP/CNPq). E-mail: rmiani@uel.br

³ Estudante de Graduação do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista do PROIC/CNPq. E-mail: brunamiyuki9@gmail.com

consolidou sua atuação por todo o país e intensificou suas ações de organização política dos trabalhadores cristãos fomentando, dentre outras estratégias, a criação de práticas comunicativas diversas, principalmente, de âmbito local ou regional.

Dentre as experiências comunicativas produzidas no âmbito da Pastoral Operária, destacamos o informativo “A Voz do Trabalhador”, criado pela PO da Arquidiocese de Curitiba/PR. Esse informativo foi publicado pela primeira vez em dezembro de 1981 e permaneceu em circulação até 1986, porém, com alguns períodos de interrupção.

Para os objetivos desse artigo, delimitamos o período de dezembro de 1981 até maio de 1983 para realizar uma análise de conteúdo do informativo “A Voz do Trabalhador”. Essa delimitação se justifica em razão de termos tido acesso apenas às edições desse período, que estão disponibilizadas no acervo público do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV)⁴; além disso, foi o período de maior regularidade na periodicidade de circulação da referida publicação.

A utilização da análise de conteúdo se justifica por se tratar de um conjunto de técnicas que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos para a descrição de conteúdos e mensagens (BARDIN, 2004), principalmente, quando se pretende mobilizar, no âmbito dos estudos de comunicação, montantes mais volumosos de materiais para análise. Reconhecemos, porém, que não se trata de um método exclusivamente quantitativo, pois, segundo Martin Bauer (2002, p.190), “a análise de texto faz uma ponte entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais”.

Inicialmente, apresentaremos algumas reflexões a respeito da Teologia da Libertação e da Pastoral Operária visando contextualizar o ambiente teológico-político em que se inseriu a experiência do informativo “A Voz do Trabalhador”. Na sequência, serão apresentadas algumas características específicas da referida publicação impressa seguida de uma análise de conteúdo do informativo, procurando identificar e analisar as principais temáticas e abordagens disseminadas pela Pastoral Operária no processo de formação e de informação aos trabalhadores da região de Curitiba/PR, por meio de sua principal prática comunicativa à época.

⁴ Disponível em: http://www.cpvsp.org.br/periodicos_exemplares.php?exemplares=PAVTRPR&titulo=A%20VOZ%20DO%20TRABALHADOR

2. A Teologia da Libertação e o compromisso com a organização dos trabalhadores

A origem da Teologia da Libertação remete a um contexto em que a Igreja Católica buscava compreender seu papel ante os conflitos da modernidade (LANZA, 2019). De acordo com Elaine Dal Gobbo e Edgard Rebouças (2019), o foco principal do Concílio Vaticano II - realizado entre 1962 e 1965 - foi a busca pela compreensão da Igreja “para dentro” e “para fora”, categorias explicitadas pelos autores do seguinte modo: “A primeira diz respeito a como ela entende a si mesma, a segunda, sobre o que ela pode dizer a um mundo mergulhado em questões graves, como as que se referem à vida humana, justiça social, paz internacional, guerras e evangelização dos pobres” (GOBBO; REBOUÇAS, 2019, p.2).

Nesse período, é possível identificar um movimento institucional da Igreja de compreender e combater as injustiças e sofrimentos que afligiam os pobres. O conceito de pobre dentro da Teologia da Libertação é fundamental, pois orienta a explanação do que significa a “opção preferencial pelos pobres” formulada na Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em 1979 na cidade de Puebla, no México. Trata-se de uma definição que abarca um coletivo: as classes populares oprimidas. Como aponta Michael Löwy (1996), houve uma expansão da categoria “pobre”, para além da opressão socioeconômica, “para incluir não apenas as vítimas do sistema econômico, mas também os atingidos por outras formas de opressão, como índios, negros ou mulheres” (LÖWY, 1996, p.1).

A opção preferencial pelos pobres retomou outro aspecto-chave na origem da Teologia da Libertação: o contexto sócio-político da América Latina. Segundo Leonardo Boff e Clodovis Boff (2019), os governos populistas latino-americanos das décadas de 1950 e 1960 adotaram políticas desenvolvimentistas que, apesar de expandirem as indústrias e o mercado interno, acirraram as desigualdades sociais, provocando fenômenos como o êxodo rural, a precarização da mão-de-obra industrial e a marginalização do antigo campesinato. Os irmãos Boff afirmam que “tal fato criou fortes mobilizações populares reivindicando transformações na estrutura socioeconômica dos respectivos países” (BOFF; BOFF, 2019, p.94). No entanto, em resposta à mobilização popular, os governos latino-americanos agiram com forte repressão e possibilitaram a emergência de regimes ditatoriais que objetivavam a proteção dos interesses do capital. Diante do paradoxo da efervescência política e da

expressiva repressão, emergiram grupos católicos (sobretudo, a partir da década de 1960) comprometidos com a luta pelos direitos dos marginalizados e orientados pelos princípios da Teologia da Libertação.

Um dos princípios que merece ser salientado é justamente o princípio da “libertação”. Enrique Dussel (1977) formulou uma ética da libertação que rompia com a atuação da Igreja Católica até aquele momento. O autor defendia ser necessário ouvir os oprimidos e propôs que se desenvolvesse uma filosofia (uma forma de pensar e agir) a partir da periferia, em uma relação na qual os oprimidos são sujeitos de sua própria libertação diante das opressões sócio-históricas que os atingem. Essa perspectiva era contrária à visão e postura assistencialistas que marcaram grande parte da história da Igreja Católica. Como demonstra Fábio Lanza (2006), as manifestações de caridade e de solidariedade com os pobres no Brasil eram, antes da Teologia da Libertação, caracterizadas por uma perspectiva na qual os pobres se apresentavam como objetos de uma ação caridosa e essa ação não pressupunha qualquer ruptura com a ordem social que produzia as opressões.

Entretanto, a Teologia da Libertação orienta uma atuação distinta por parte da Igreja, na qual ela se torna território de encorajamento e de organização de movimentos populares que tinham em seu cerne o objetivo de ruptura com a ordem vigente. Luiz Eduardo Wanderley (1985) afirma que “na Igreja, as idéias de comunidade, de participação, a idéia de um compromisso social mais efetivo dos cristãos, estiveram presentes no Plano de Emergência, no Plano de Pastoral de Conjunto, nas práticas da Ação Católica e do MEB” (WANDERLEY, 1985, p.11).

O aspecto do planejamento também é relevante ao se considerar o método de atuação da Teologia da Libertação baseado nas práticas de “ver, julgar e agir”, desenvolvido e fortalecido nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). As CEBs são descritas por Leonardo Boff (2008) como uma manifestação do Espírito dentro da história e da instituição católica, uma estrutura comunitária que precedia a hierarquia institucional e existia em função da comunidade de fiéis. Maria de Lourdes Tomio Stein (2004) relembra que elas se constituíam como espaços políticos participativos, mas também como locais de liturgia em que a religiosidade tradicional era alinhada e ressignificada pela vivência popular.

Porém, as CEBs não eram as únicas manifestações dessa teologia comprometida com os interesses do chamado “Povo de Deus” e, por consequência, das classes

oprimidas. Destaca-se a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que, de acordo com Stein (2004), possuía um quadro de componentes progressistas desde 1971 e - apesar de esforços posteriores do Vaticano de suavizar suas posições políticas e diminuir a presença de bispos progressistas em sua estrutura - foi capaz de formular orientações que ecoavam os princípios da Teologia da Libertação para a ação pastoral, que se materializou na constituição, principalmente, das pastorais sociais.

Nesse cenário, a militância operária católica também se avultou, com experiências como a Juventude Operária Católica (JOC), a Missão Pedro e Paulo e a Ação Católica Operária (ACO) compondo um cenário de fortalecimento dessa luta no Brasil. Em meio a essa conjuntura de uma militância católica operária orientada pelos princípios da Teologia da Libertação, a Pastoral Operária (PO) surgiu como um catalisador das experiências já existentes de organização dos trabalhadores cristãos.

2.1. A Pastoral Operária e sua organização na Arquidiocese de Curitiba/PR

Da articulação de inúmeras experiências de luta da militância operária católica se constituiu a Pastoral Operária (PO). Oficializada durante a celebração da “Missa pelo Salário Justo”, realizada na catedral da Sé no dia 18 de outubro de 1970 e presidida pelo então cardeal D. Agnello Rossi, a PO ganhou ainda mais impulso com a nomeação e posse de D. Paulo Evaristo Arns como arcebispo metropolitano de São Paulo em novembro de 1970. Com a multiplicação da criação de grupos pastorais de trabalhadores cristãos em outras cidades, estados e regiões do país, viabilizou-se a formação da Coordenação da PO Nacional no ano de 1976.

Um dos momentos mais importantes para a consolidação da Pastoral Operária foi a realização da primeira Assembleia Nacional da Pastoral Operária, realizada em 1982 no Rio de Janeiro, da qual decorreu o documento “Princípios de Ação da Pastoral Operária” (STEIN, 2004). Segundo Stein (2004), três objetivos gerais de ação da pastoral, expostos nesse documento, se associavam à Teologia da Libertação: “buscam a mobilização solidária dos trabalhadores através de suas organizações e desenvolvendo uma consciência de classe e realimentando sua fé” (STEIN, 2004, p.100).

Grande parte dos objetivos específicos identificados no referido documento envolvia conscientizar a classe trabalhadora, ligando-se à proposta emancipadora da Teologia da Libertação, que reconhecia os oprimidos como sujeitos do processo histórico.

Dentre os objetivos, se encontrava “levar o trabalhador cristão (não-cristão) a mudar sua mentalidade e a assumir as questões políticas e político-partidária” (CPO *apud* STEIN, 2004, p.104). Essa diretriz se justifica pelo fato de que muitos trabalhadores naquela época eram avessos às questões políticas (STEIN, 2004). Além disso, o ambiente da Igreja até aquele momento havia estimulado um espírito de conformismo com propostas e ações que em sua maioria não reconheciam a luta de classes.

Rinaldo José Varussa (2001) aponta que a própria designação da pastoral como “operária” era um termo em disputa, com propostas que pretendiam retirar o foco da pastoral sobre os operários e recolocá-lo em ações que buscassem a harmonia entre patrões e empregados, ignorando o conflito que perpassava as relações e os interesses de classe dentro do capitalismo. A perspectiva de individualizar questões como a exploração, o desemprego e as más condições de trabalho era comum dentro da instituição católica nos seus primeiros movimentos de orientar uma atuação moral voltada para o mundo do trabalho, mas foi dissipada na estrutura hegemônica da Pastoral Operária, como demonstra Adailton Maciel Augusto (1977) ao caracterizar a PO por sua prática social pautada pela “mística com base no conflito e por estar constantemente buscando sedimentar uma verdade utópica” (AUGUSTO, 1977, p.55).

Quanto ao terceiro objetivo geral - relacionado à realimentação da fé - sua ligação com a Teologia da Libertação é evidente. Como apontam Boff e Boff, a Teologia da Libertação não pode ser pautada somente pela ação política, mas deve ser guiada de forma primária pela fé, que é o ponto de partida que antecede a vivência religiosa e a atuação política. Afirmam os autores: “Essa nova codificação da fé cristã ajudaria os pobres - que são em sua maioria religiosos - a se engajar, a partir de sua própria bagagem de fé, no processo de superação das opressões a que estavam crescentemente submetidos” (BOFF; BOFF, 2019, p.98).

Estas características gerais também se manifestaram na Pastoral Operária de Curitiba/PR que enfrentou um cenário pautado pelas medidas de expansão da infraestrutura industrial e do mercado interno, por parte dos governos militares. Stein (2004) demonstra que a mudança da dinâmica da economia local, a partir do estabelecimento de grandes empresas nacionais e de infraestrutura para a produção agrícola em larga escala, prejudicou a realidade de pequenos produtores e de trabalhadores rurais que diante do consumo crescente de máquinas e de insumos acabaram perdendo seus postos de trabalho e tiveram que migrar para regiões urbanas

em busca de melhores condições de vida e trabalho, integrando um cenário urbano de marginalização em Curitiba/PR.

Sem o amparo do Estado e com condições de vida precárias, os trabalhadores advindos do contexto rural - e os que já estavam no cenário urbano - começaram, em especial, a partir da década de 1980, a lutar por melhores condições de vida e a se organizar em associações de moradores e, principalmente, dentro do espaço da Igreja, nas CEBs e nas pastorais. O início da organização da Pastoral Operária do Paraná é identificado por Stein (2004) como tendo ocorrido em 1º de maio de 1978, por ocasião da reunião realizada por sete trabalhadores metalúrgicos (pertencentes ao Círculo Bíblico) na Igrejinha Vila Feliz, localizada na região entre o Pinheirinho e o Capão Rosa, em Curitiba/PR. Dali surgiu vários núcleos de atuação que passaram a se identificar como Pastoral Operária.

Ezequiel Westphal (2011) defende que a partir da década de 1980, a Área Periferia Sul de Curitiba representava um *locus* significativo de manifestações ligadas à Teologia da Libertação. O autor identificou oito paróquias que organizavam e encorajavam movimentos sociais pautados, principalmente, pelas questões da moradia e do transporte coletivo, que envolviam a Pastoral da Favela, a Pastoral Operária e as CEBs. No caso específico da PO, Stein (2004) identificou o exercício de liderança dos seus integrantes nas greves dos metalúrgicos, da construção civil e do transporte urbano, bem como em paralisações de outros setores, como professores e motoristas de táxi, ao longo de novembro de 1979. Muitos participantes da Pastoral Operária assumiram uma função diretiva em entidades de classe, recebendo uma formação política a partir da vivência prática pastoral.

Outro fator que Stein (2004) aponta como significativo nessa trajetória é a aproximação da PO com outras organizações de trabalhadores e sua contribuição para a 1ª Conferência da Classe Trabalhadora (Conclat), na qual foi formulada a proposta da Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada oficialmente em agosto de 1983. A autora afirmou que a articulação entre a Pastoral Operária e o movimento sindical paranaense viabilizou o primeiro Encontro de Sindicalistas Combativos e Oposições Sindicais no Paraná (1981), a partir do qual integrantes do movimento sindical do estado passaram a participar do Movimento Nacional Pró-CUT, auxiliando na sua organização. Além de contribuir com militantes, a Pastoral Operária no Paraná arrecadou recursos financeiros para a constituição da sede da CUT no estado em 1983.

A atuação da Pastoral Operária paranaense - e de modo mais significativo em Curitiba/PR - foi marcada por esforços de conscientização de classe, associada ao processo organizativo do movimento sindical. Dentre suas atividades estavam a realização de discussão dos direitos trabalhistas em grupos de trabalhadores, a partir de cadernos da Frente Nacional do Trabalho (FNT), e a organização de lutas cotidianas em núcleos denominados PO dos bairros (STEIN, 2004). Vale ressaltar que uma das características da Pastoral Operária no Paraná, e de seu núcleo em Curitiba/PR, era a aproximação com a PO do ABC e a identificação com o sindicalismo de São Bernardo do Campo, demarcado pela proposta de criação da CUT. Nesse cenário de articulação e de ampliação da luta operária no estado do Paraná por parte dos trabalhadores cristãos, um dos instrumentos mais importantes da organização e da conscientização da classe trabalhadora foram os boletins, chamados também de “informativos de porta de fábrica”. Na experiência da Pastoral Operária de Curitiba/PR, destacamos o informativo “A Voz do Trabalhador”.

3. “A Voz do Trabalhador”: a luta operária no contexto da Teologia da Libertação

A importância estratégica desempenhada por práticas comunicativas - principalmente, jornais ou periódicos impressos - no contexto dos processos de organização e de articulação política das classes trabalhadoras já foi reconhecida e defendida há tempos, em especial, por Lenin (1988), quando de sua instigante reflexão a respeito da importância do jornal como um “organizador coletivo”.

No caso da Pastoral Operária da Arquidiocese de Curitiba/PR, os boletins se propunham a ser uma forma de informar e de aproximar os trabalhadores da luta operária, favorecendo os seus processos de organização e de luta políticas. No início da década de 1980, dois boletins da PO de Curitiba/PR se destacaram: “Operário em Construção” e “A Voz do Trabalhador”. Ao contrário da primeira publicação, que era distribuída apenas entre as lideranças e os grupos de base da Pastoral Operária, “A Voz do Trabalhador” ocupava um papel de difusão e de conscientização política para todos os trabalhadores da região (STEIN, 2004).

O informativo “A Voz do Trabalhador” foi criado em dezembro de 1981 e publicado, com algumas interrupções, até 1986. No editorial da edição número 3, de fevereiro de 1982, foi revelado que esse nome foi escolhido em homenagem à publicação

homônima da Confederação Operária Brasileira (COB); o periódico anarquista “A Voz do Trabalhador” circulou entre 1908 e 1915 em várias regiões do país.

Com uma tiragem de 15.000 exemplares cada edição, o informativo foi fundado com os objetivos de denunciar as injustiças e a exploração cometidas por patrões e pelo então governo militar, além de conscientizar os trabalhadores sobre os seus direitos e de formar líderes cristãos para atuar na luta operária (A VOZ DO TRABALHADOR, 1981, n.1). A esse respeito, o depoimento de Sebastião Castilho é bastante revelador: “Muitas pessoas começaram a militar através dos boletins, era uma ação concreta” (CASTILHO *apud* STEIN, 2004, p.125).

Além disso, a referida publicação também tinha o propósito de denunciar, de “escandalizar”: “É por isso que a Voz de Trabalhador é deste jeito. Escandaliza (quem escandalizou mais do que o Cristo?) porque a realidade hoje é um escândalo... Denuncia porque os homens - e Deus neles - são massacrados, explorados, mortos !!” (A VOZ DO TRABALHADOR, 1982, n.3). Esse trecho revela uma visão própria da Teologia da Libertação que compreende os seres humanos como imagem de Deus e que, portanto, não devem ser explorados, oprimidos ou desfigurados (BOFF, 2010).

“A Voz do Trabalhador” circulou em Curitiba/PR e Região Metropolitana, sendo distribuído para operários - de diversas categorias - nas portas de fábricas, em obras e nos bairros por uma equipe de cerca de cem pessoas que, segundo Stein (2004, p.125), era “não só composta por integrantes da PO, mas também por militantes de outros movimentos”.

Para realizar uma análise de conteúdo da referida publicação impressa, foram consideradas as edições de dezembro de 1981 até maio de 1983, totalizando 13 edições acessadas do acervo *online* do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV). Nesse sentido, procedemos a uma “leitura flutuante” (BARDIN, 2004) para estabelecer contato com o informativo e apreender de forma não estruturada a sua organização interna e os principais temas abordados.

Nesse percurso identificamos dois expedientes, respectivamente, nas edições de junho e de outubro de 1982. Além de conter o endereço da Comissão de Pastoral Operária da Arquidiocese de Curitiba/PR e suas informações de contato, o expediente trazia também dados relativos à equipe responsável pelo informativo, assim identificada: “Jornalista Responsável: Elson Faxina. Conselho Editorial: Dom Ladislau Biernaski; Padre José Tem Cate S.J.; Neusa Campos; Alcides Marachini; José Dari

Krein” (A VOZ DO TRABALHADOR, 1982, n.6). Embora a primeira edição tivesse circulado com apenas duas páginas, as seguintes tinham em média quatro páginas, à exceção das edições nº 3 (três páginas) e as edições nº 7 e nº11 (seis páginas).

Com relação às temáticas abordadas pelo informativo “A Voz do Trabalhador” foi possível constatar que, de fato, a referida publicação cumpria sua função de denúncia, revelando e questionando as violações de direitos trabalhistas na região de Curitiba/PR, principalmente, a partir de cartas e informações enviadas por leitores. Esse tema esteve presente em todas as edições analisadas, com denúncias das condições insalubres de trabalho, de violação do limite da jornada de trabalho estabelecida por lei, do não pagamento de salários ou do 13º salário, bem como de denúncias em relação às práticas autoritárias ou abusiva dos patrões. Confira na sequência, como uma tentativa preliminar de “categorização” (BARDIN 2004), um quadro com as principais temáticas e sua ocorrência:

QUADRO 1 - Temáticas do informativo “A Voz do Trabalhador”

TEMÁTICAS	NÚMERO DE EDIÇÕES QUE PAUTARAM O TEMA
Denúncias de violação de direitos trabalhistas	13
Reflexões teológicas	13
Sindicalização	13
Desemprego	10
Denúncias contra a repressão policial e do governo	8
Movimentos emergentes em Curitiba	4
CUT (Central Única dos Trabalhadores)	3

Fonte: Produzido pelos autores

É importante destacar que em sete edições do informativo houve espaços específicos para debate a respeito das leis trabalhistas. Entretanto, esse esforço de conscientização perpassava as denúncias, que caracterizavam a publicação, pois a discussão em torno dos direitos trabalhistas se seguia após a retratação dos cenários de violação dos referidos direitos. As temáticas do desemprego e dos movimentos emergentes de Curitiba (tanto no âmbito do movimento sindical como do movimento popular), os quais tangenciam e interagem com a luta operária no cenário em questão, apareciam associadas, muitas vezes, a uma chamada para a realização de atos ou

manifestações públicas ou para atividades organizativas. Essa constatação corrobora com os objetivos da Pastoral Operária que, sob a orientação do método da Teologia da Libertação (ver-julgar-agir), buscava compreender a realidade para agir sobre ela a partir das orientações teológico-políticas do Evangelho.

Outro tema que caracterizou o informativo “A Voz do Trabalhador”, aparecendo em todas as edições, foram as reflexões teológicas. Em um texto intitulado “Lutar pela Justiça. Por quê?”, publicado na edição número 7 de outubro de 1982, são lembrados alguns livros de profetas, prática recorrente no contexto da Teologia da Libertação (BOFF; BOFF, 2019). Ao fazer referência aos livros de Isaías e de Ezequiel como símbolos da luta contra um cenário social de injustiças e de iniquidade, a publicação buscava estabelecer um paralelo com a realidade contemporânea e justificar a luta operária a partir dos valores cristãos inspirados pela Teologia da Libertação. No referido texto foi feita alusão à mensagem do livro de Isaías de que Deus não concorda com as injustiças e que, pela fé, é uma obrigação dos trabalhadores cristãos lutar contra todas elas: “É nossa fé, nossa ligação com o Cristo que nos obrigam a isso. A tentar ajudar a organização dos trabalhadores, o esclarecimento de seus direitos, a liberdade sindical, o salário justo, a dignidade humana. Só assim seremos fiéis ao Evangelho” (A VOZ DO TRABALHADOR, 1982, n.7).

Sendo assim, mesmo as denúncias publicadas no informativo não poderiam ser compreendidas fora do contexto da Teologia da Libertação, pois constituíam, sob essa perspectiva, uma manifestação de fé. Nesse mesmo contexto das reflexões religiosas, o informativo utilizava as expressões “Povo de Deus” e “Deus na História” para reafirmar que as lutas operárias eram não apenas aprovadas por Deus, mas exigidas pela fé: “Deus nos apresenta como uma presença libertadora para organizar o povo. É o Deus do Êxodo (Ex, 3). Ele faz surgir uma organização nova [...]” (A VOZ DO TRABALHADOR, 1982, n.4). Novamente, “A Voz do Trabalhador” faz referência a um dos livros bíblicos mais importantes para a Teologia da Libertação, qual seja, o livro do Êxodo, cuja narrativa representa a ação de Deus na história, conduzindo seu povo à libertação contra a situação de escravidão a que estava submetido.

Por fim, o esforço de justificar e de disseminar a luta operária por meio do informativo “A Voz do Trabalhador”, segundo Stein (2004), não era apenas para promover a conscientização e a mobilização dos trabalhadores - apesar de ser esse o seu principal objetivo -, mas porque o referido informativo também chegava para os

empresários e isso poderia produzir algum tipo de refreamento de práticas arbitrárias ou abusivas por parte dos patrões.

Apresentamos duas situações bastante indicativas de que o informativo era lido pelos patrões. O primeiro diz respeito à ocasião em que a *Madeiraira Selectas* contestou a denúncia de que a empresa estaria pagando um salário abaixo do piso às mulheres, ocupando um espaço de direito de resposta (*A VOZ DO TRABALHADOR*, 1982, n.4). E o segundo ocorreu quando a Família Todeschini enviou uma carta afirmando que as denúncias realizadas contra as Indústrias Todeschini não eram verdadeiras, também exercendo seu direito de resposta (*A VOZ DO TRABALHADOR*, 1982, n.6). Esses episódios são reveladores de que o informativo “A Voz do Trabalhador” também tinha impacto e repercussão junto aos patrões e isso já oferecia um resultado bastante importante para que essa estratégia da Pastoral Operária da Arquidiocese de Curitiba/PR fosse considerada contributiva para as lutas operárias.

4. Considerações finais

A década de 1980 foi particularmente vigorosa de experiências organizativas, principalmente, no contexto de retomada das lutas sociais, populares e operárias. Derivadas de diferentes matrizes organizativas, algumas dessas experiências, por sua própria natureza, possibilitaram o entrecruzamento dessas matrizes. Esse foi o caso da Pastoral Operária, que já existia desde o início da década de 1970, mas que, durante o período da abertura política, pode impulsionar suas ações inspiradas pela Teologia da Libertação e que encontrou no movimento sindical combativo, sob a marca do “novo sindicalismo”, uma interlocução absolutamente produtiva, contribuindo decisivamente para os processos de organização das lutas operárias por todo o país.

No contexto de sua atuação teológico-política, a Pastoral Operária se utilizou de maneira bastante importante de processos e práticas comunicativas. Particularmente, na região de Curitiba/PR, a PO produziu o informativo “A Voz do Trabalhador” que se constituiu como uma das principais estratégias de disseminação de informações para subsidiar as lutas operárias, bem como se constituiu como um espaço de formação política e teológica para os militantes e ativistas da Pastoral Operária da referida região.

A partir da possibilidade de acesso a um determinado número de edições do informativo “A Voz do Trabalhador” - correspondente a 13 edições entre dezembro de

1981 e maio de 1983 - estabelecemos como objetivo para este artigo a realização de uma análise de conteúdo do referido informativo, procurando identificar e analisar as principais temáticas e abordagens disseminadas pela Pastoral Operária no processo de formação e de informação aos trabalhadores da região de Curitiba/PR, considerando se tratar de uma experiência comunicativa no âmbito da Teologia da Libertação.

Cumprindo uma função de denunciar as violações cometidas contra os direitos e os interesses dos trabalhadores, contribuindo para o processo de conscientização política dos trabalhadores cristãos e apontando para a necessidade de fortalecer os processos organizativos de classe, tudo isso permeado por reflexões teológicas inseridas numa perspectiva de aplicação do método ver-julgar-agir, inferimos que o informativo “A Voz do Trabalhador” se constituiu como uma das mais significativas experiências comunicativas no âmbito da Pastoral Operária em seu compromisso com a organização e a luta política dos trabalhadores da região de Curitiba/PR.

Reconhecemos que a riqueza do referido informativo não foi contemplada plenamente nos limites deste artigo; porém, consideramos que o esforço de análise aqui apresentado oferece importantes subsídios no sentido de compreender as contribuições - e também as limitações - de “A Voz do Trabalhador” como uma experiência de comunicação popular no âmbito da Teologia da Libertação, de modo geral, e da Pastoral Operária, de modo particular.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

AUGUSTO, Adailton Maciel. Pastoral Operária e factibilidade utópica. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, n. 23, p. 54-67, jan./mar. 1998.

A VOZ DO TRABALHADOR. **Várias edições**. 1981-1983. Disponível em:
http://www.cpvsp.org.br/periodicos_exemplares.php?exemplares=PAVTRPR&titulo=A%20VOZ%20DO%20TRABALHADOR

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3.ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p.189-217.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como fazer Teologia da Libertação**. 10.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2019.

BOFF, Leonardo. **Eclesiogênese: a reinvenção da Igreja**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

CASTILHO, Sebastião. Cefúria. **Depoimentos**. Curitiba, 1999.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. São Paulo: Edições Loyola, 1977.

GOBBO, Elaine Dal; REBOUÇAS, Edgar. Reflexos do Concílio Vaticano II no Pensamento Comunicacional da Igreja Católica na América Latina. Intercom - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 42, 2019, Belém. **Anais [...]**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2019, p.1-11.

LANZA, Fábio; GUIMARÃES, Luiz Ernesto; NEVES JR., José Wilson Assis. **Revelando o arquivo censurado pela ditadura militar do jornal “O São Paulo”**. Londrina, PR: Eduel, 2019.

LANZA, Fábio. **Matrizes ideológicas dos arcebispos paulistanos (1956-85): um olhar sob o prisma do semanário “O São Paulo”**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

LÊNIN, Vladimir. **Que fazer?**. São Paulo: Hucitec, 1988.

LÖWY, Michael. A Teologia da Libertação acabou?. **Teoria e Debate**, São Paulo, ano 9, n. 31, abr./jun., 1996.

LÖWY, Michael. O catolicismo latino-americano radicalizado. **Estudos Avançados**, São Paulo, IEA-USP, v. 3, n. 5, p.50-9, jan./abr. 1989.

ROYER, Marlene. Ferreira. **Revista Sesinho e o discurso do Sesi para a infância: apropriação da linguagem dos quadrinhos no âmbito da comunicação institucional**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STEIN, Maria de Lourdes Tomio. **A experiência do trabalho: as práticas da Pastoral Operária em Curitiba (1965-1999)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

VARUSSA, Rinaldo José. Igreja Católica e movimentos católicos operários na constituição da Pastoral Operária na Arquidiocese de São Paulo (1970-1975). **Tempos Históricos**, Cascavel, v. 3, n.1, p.151-182, 2001.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Movimentos populares, política e igreja. In: FLEURI, Reinaldo Matias. **Movimento Popular, política e religião**. São Paulo, Loyola, 1985.

WESTPHAL, Ezequiel. Mudanças e dinâmicas nas orientações pastorais da Arquidiocese de Curitiba/PR: impactos sobre a Teologia da Libertação nos anos 1980 e 1990. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 3, n. 9, jan. 2011, p.1-12.